



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

**Tomada de Preço:** n.º 2012061501 – SEDUC

**Processo:** n.º 2012061501 – SEDUC

**Modalidade:** Tomada de preço

**Data da Emissão:** 15/06/2012

**Data da Licitação:** 02/07/2012

**Hora da Licitação:** 10:00 Horas

**Tipo da Licitação:** Menor Preço

**Regime de execução Indireta:** empreitada por preço global

**Dotação Orçamentária:** 0700.12.122.0052.2.025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCACAO, Classificação econômica 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES com RECURSOS PROVINIENTES DO: ME/ESPORTE E LAZER NA CIDADE P.T. n.º. 0369111/30 E PRÓPRIOS.

A Prefeitura Municipal de Umirim, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que, na data e horário acima previstos, **Rua Major Sales, 28, Cruzeiro - Umirim - Ceará – CEP: 62.660.000**, fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no tipo supracitado, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas às disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93, e suas alterações posteriores.

## **1.0 – DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto: **MELHORIA ESTADIO MUNICIPAL/UMIRIM-CE**, conforme orçamento básico, parte integrante deste processo.

1.2 – **Integram este Edital de Tomada de Preços, independente de transcrição, os seguintes anexos:**

**ANEXO I – ORÇAMENTO BÁSICO;**

**ANEXO II – PROJETO BÁSICO;**

**ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO;**

**ANEXO V – MODELO DE CUMPRIMENTO DO INC. XXXIII DO ART. 7.º DA CF/88;**

**ANEXO VI – PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO EDITAL;**

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA;**

**ANEXO VIII – VISITA TÉCNICA.**



## **ESTADO DO CEARÁ**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

#### **1.0 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

##### **2.1 – Restrições de participação.**

- 2.1.1 – Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2.1.2 – Não poderá participar empresa com falência decretada;
- 2.1.3 – Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;
- 2.1.4 – Não será admitida a participação de empresas cujos dirigentes, sócios, responsáveis e ou técnicos, ou qualquer um dos mesmo(s) seja(m) diretor(es), servidor(es) da Administração Direta ou Indireta da Administração Municipal.
- 2.1.5 – Não poderá participar ainda pessoa jurídica que, na data fixada para apresentação dos envelopes, estejam suspensas do direito de licitar ou de contratar com a Administração Publica, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Publica.
- 2.1.6 – Não será permitido o recebimento de envelopes de propostas de preços escritas e de documentos de habilitação, procuração e declaração que não sejam entregues diretamente pelo titular ou representante legal, na sessão pública de recebimento.
- 2.1.7 – Não será admitida a participação de empresas cujo(s) sócio(s) seja(m) sócio(s) de outra empresa partícipe no certame, onde, caso ocorra, somente uma das empresas poderá concorrer.
- 2.1.8 – A regra valerá mesmo que o sócio ou dirigente designe um procurador para representar a outra empresa partícipe
- 2.1.9 – Não poderão participar desta licitação as empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas, bem como a empresa que estiver sob falência, concordata/recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública.

##### **2.2 – Das condições de participação:**

- 2.2.1 – Poderá participar do presente certame licitatório toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que sejam especializada e credenciada no ramo do objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do presente edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados, partes integrantes deste edital.
- 2.2.2 – A empresa interessada em participar da presente licitação que obtiver gratuitamente o Edital pela internet deverá formalizar o interesse de participar através de comunicado expresso diretamente à Comissão de Licitação, através do e-mail **cpl.umirim.ce@hotmail.com** ou através do fax (085) 3364.1211, informando os seguintes dados: **Nº do Edital, Nome da Empresa, CNPJ, Endereço, Fone, Fax, E-mail, Pessoa de Contato.**



## ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM

2.2.3 – As respostas às consultas formuladas pelas licitantes à Comissão de licitação passarão a ser parte integrante do processo licitatório e serão encaminhadas às empresas que tenham cumprido o disposto nos subitens 2.2.2.

2.2.4 – A Comissão de licitação não se responsabilizará por eventuais adendos que possam ocorrer no Edital, caso as licitantes não procedam conforme estabelecido no subitem 2.2.2 deste Edital.

2.3 – O licitante que pretender se fazer representar nesta licitação deverá entregar à Comissão, juntamente com os envelopes colados, original ou cópia autenticada de procuração particular, com firma reconhecida em Cartório, ou Pública, outorgando amplos poderes para o mandatário representar a licitante nesta licitação especificamente. Quando o representante for titular da empresa, deverá entregar o original ou cópia autenticada do documento que comprove tal condição.

2.4 – Os envelopes poderão ser encaminhados à Prefeitura Municipal de Umirim, por via postal, com comprovação mediante Aviso de Recebimento – AR, no endereço indicado no Preambulo deste Edital, ou serem entregues diretamente no serviço de protocolo deste Órgão, caso a licitante opte por não designar um representante legal para participar da sessão pública.

2.5 – No tocante aos envelopes apresentados junto ao setor de protocolo desta Prefeitura, via postal ou por meio de pessoa indicada pela licitante, serão considerados, para efeito de participação da sessão pública e consequente de análise dos documentos, tão somente aqueles cujo registro de entrega tenha ocorrido até o horário marcado para o início da reunião, qual seja, **10h00 (Dez horas) do dia 02/07/2012.**

2.6 – Os envelopes apresentados junto ao setor de protocolo desta Prefeitura serão submetidos à verificação das demais licitantes presentes, a fim de estas confirmem a inviolabilidade dos invólucros.

2.7 – Não será aceita, em qualquer hipótese, a apresentação de documentação por representante legal que se fizer presente na sessão pública após o início da mesma ou cujo registro de entrega no protocolo da Prefeitura tenha sido efetivado pós o horário fixado acima.

2.8 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital diante de alguma irregularidade, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, estando a Administração obrigada a julgar e responder em até 03 (três) dias úteis.

2.9 – O licitante poderá impugnar os termos deste edital até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

### 3.0 – DA HABILITAÇÃO

3.1 – Certificado de Registro Cadastral (CRC) de fornecedores expedido por esta Prefeitura, dentro do prazo de validade, guardada a conformidade do objeto da licitação.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

---

**3.1.1 – Relativa à habilitação jurídica:**

- 3.1.1.1 – Cédula de identidade do responsável legal;
- 3.1.1.2 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 3.1.1.3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 3.1.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.
- 3.1.1.5 – Alvará de Funcionamento;

**3.1.2 – Relativa à habilitação fiscal e Trabalhista:**

- 3.1.2.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal se houver, relativo ao domicílio sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.
- 3.1.2.2 – Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 3.1.2.3 – Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) perante o FGTS e Certidão negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS.
- 3.1.2.4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
- 3.1.2.5 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta tenha alguma restrição.
  - 3.1.2.5.1 – Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Comissão, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
  - 3.1.2.5.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.1.2.5.3 – implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à CONTRATANTE convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do Contrato.

**3.1.3 – Relativa à qualificação técnica:**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

3.1.3.1 - Apresentação de Certidão de Registro e Quitação da empresa junto ao CREA, devidamente visada pelo CREA-CE, caso seja o referido registro oriundo de outra Unidade da Federação;

- a) A licitante deverá juntar declaração expressa assinada pelo(s) Responsável(eis) Técnico(s), com firma reconhecida, informando que o(s) mesmo(s) concorda(m) com a inclusão de seu(s) nome(s) na participação permanente dos serviços na condição de profissional responsável técnico.

3.1.3.2 – Comprovação de a PROPONENTE possuir como Responsável(is) Técnico(s) ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo CREA.

3.1.3.2.1-Entende-se para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- a) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da “ficha ou livro de registro de empregado” ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS.
- b) Comprovação da participação societária, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social.
- c) Cópia do contrato de prestação de serviço com firma reconhecida em cartório.

3.1.3.3 – Declaração de visita ao local da obra emitido pela PROPONENTE, de que esta visitou o local onde serão executadas as obras, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução das mesmas, conforme **ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA.**

**3.1.4 – Qualificação Econômico-Financeira:**

3.1.4.1 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial de origem, **com a Declaração de Habilitação Profissional – DHP fornecida pelo respectivo Conselho Regional de Contabilidade** que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, tudo em conformidade com o § único do Art. 1º da Resolução nº 871/2000 de 23/03/2000 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRIM**

3.1.4.2 – Para sociedades anônimas, será exigida a cópia nos termos previstos neste instrumento convocatório, da publicação do Balanço em Diário Oficial.

3.1.4.3 – Para as demais empresas, cópias legíveis das páginas (primeira e última) do Livro Diário, onde foram transcritos o balanço patrimonial e a demonstração do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial.

3.1.4.4 – Para as empresas constituídas há menos de um ano, será exigido apenas o Balanço em Diário Oficial.

3.1.4.5 – Certidão Negativa de falência ou concordata devendo a mesma ser expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica e estar devidamente válida.

3.1.4.6 – Comprovante de que a Empresa possui Capital Social integralizado mínimo de **R\$ 33.460,96 (trinta e três mil e quatrocentos e sessenta reais e noventa e seis centavos)**, através do Balanço Patrimonial ou de aditivo contratual devidamente registrado.

**3.1.5 – Outros:**

3.1.5.1 – Declaração de que o licitante concorda com todas as normas determinadas através deste Edital.

3.1.5.2 – Declaração do licitante de que não existe qualquer impedimento de licitar com a administração pública.

3.1.5.3 – Declaração formal de que a LICITANTE não possui menores trabalhando conforme determina o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;

3.1.5.4 – Certidão simplificada da Junta Comercial emitida pela sede da licitante, devidamente atualizada.

3.1.5.5 – Declaração de visita “in loco” emitida pela Prefeitura Municipal de Umirim, através da SECRETARIA DE EDUCALÇÃO E DEPORTO, que a empresa licitante, através de seu representante, tem conhecimento de todas as informações das condições e dos locais e cercanias onde serão executados os serviços.

3.1.5.5.1 – A visita técnica deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Educação e Desporto, pelos telefones (85) 336412.11, no horário de 8:00 às 11:30, de segunda a sexta-feira, até 03 dias antes da data fixada para a entrega dos envelopes..

3.1.5.5.1.1 – Ao comparecer ao local para a visita, o profissional designado deverá apresentar:

- a) Cédula de identidade profissional emitida pelo CREA e documento oficial de identidade.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRIM**

- b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em nome da licitante, com data de validade igual ou posterior à data de recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preço”, onde conste área de atuação compatível com a execução dos serviços objeto do presente edital, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Todos os custos associados à visita e a inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.

3.1.5.5 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, como o número do CNPJ/MF e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

3.1.5.5.1 – Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

3.1.5.5.2 – Se o licitante for uma filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão negativa de débitos junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido tanto para a matriz e filiais, bem assim quanto ao certificado de regularidade fiscal do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo desta forma apresentar documento comprobatório de autorização para a centralização;

3.1.5.5.3 – Se o licitante for a matriz e o fornecedor da prestação dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ/MF da matriz e da filial, simultaneamente; ou

3.1.5.5.4 – Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ/MF da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.1.5.6 – A falta de qualquer documento listado nesta cláusula terceira; a sua irregularidade; o seu vencimento; a ausência das cópias xerografadas devidamente autenticadas, ou a falta da apresentação da publicação da imprensa oficial; a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope lacrado (com exceção dos especificados neste edital) e específico (*Envelope A*), tornará a empresa respectiva inabilitada no presente certame, sendo-lhe devolvido, lacrado, o *Envelope B*.

3.2 – Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou emitido via internet original.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

3.3 – Os documentos acima referidos deverão ser entregues em envelope lacrado, distinto do da proposta, tendo em seu frontispício os seguintes dizeres:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº. 2012061501 – SEDUC**  
**ENVELOPE “A” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PROPONENTE:**

**4.0 – DA PROPOSTA DE PREÇO**

4.1 – O prazo de validade da Proposta de Preços, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.2 – O preço unitário e total deverá ser cotado em moeda corrente nacional, expresso em algarismo e por extenso. Em caso de divergência entre valores, prevalecerá aquele indicado por extenso.

4.3 – É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece o Estatuto da Licitação Pública.

4.4 – Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

4.5 – Não serão admitidos preços ofertados a nível simbólico, irrisório ou igual ao valor zero.

4.6 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, ou ainda, apresentem preços manifestamente inexequíveis.

4.7 – A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope lacrado em original, contendo o nome, razão social, endereço da empresa e o número do cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, redigida com clareza, sem emendas rasuras, acréscimos, entrelinhas ou ressalvas, devidamente datada e assinada pelo seu representante legal (devidamente identificado), contendo o valor total unitário e global para a execução dos serviços, expressos em reais, em algarismo e por extenso.

4.8 – Os preços propostos deverão ser apresentados na Planilha para licitação, indicando os mesmos quantitativos especificados nos anexos a este Edital e conforme o orçamento básico.

**4.9 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

4.9.1 – Deverá ser apresentado com programação mensal de execução, em reais e percentuais, com destaque para os itens de maior significado no orçamento;

4.9.2 – O referido Cronograma Físico-Financeiro deverá ser datado e assinado pelo responsável técnico da licitante com a indicação do número do seu registro no CREA.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

4.10 – Havendo divergência entre o preço por extenso e o numeral prevalecerá o preço por extenso.

4.11 – No preço global ofertado para realização dos serviços, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a realização dos serviços, como materiais, locação e manutenção geral dos equipamentos; instalação e transporte dos equipamentos; estadia e refeições de funcionários; impostos e taxas; encargos previdenciários e trabalhistas; seguros, incluindo os de danos contra terceiros; e outros que incidam sobre a realização dos serviços e não poderão ultrapassar o valor previsto no Orçamento Básico, anexo ao presente instrumento convocatório.

4.12 – A proposta de preços deverá ser entregue à CPL assinada pelo Engenheiro Responsável e rubricada em todos os papéis componentes da mesma em envelope fechado e lacrado, o qual conterá as seguintes indicações:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 2012061501 – SEDUC**  
**ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PROPONENTE:**

**5.0 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1 – A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço, conforme inciso I, 1º do art. 45 da Lei das Licitações.

5.2 – Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso.

5.2.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.2.2 – Para efeito do disposto no item 5.1 ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.2.3 – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.2.4 – não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 5.1.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.2.5 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 5.1.1,



## **ESTADO DO CEARÁ**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.2.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 5.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.2.7 – O disposto no item 5.1.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2.8 – Na hipótese de ocorrer empate entre proponentes que não se enquadram nas categorias de empresas de pequeno porte e microempresas, adotar-se-á o sorteio como critério de desempate.

5.2.9 – Será declarada vencedora a proposta de menor preço entre as LICITANTES classificadas.

#### **6.0 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**

6.1 – A presente Licitação na modalidade Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2 – Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos.

6.3 – Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

6.4 – É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

6.5 – Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.

6.6 – O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação, e proposta de preços será realizado simultaneamente no dia, hora e local previstos neste Edital.

6.7 – Recebidos os envelopes “A” DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, “B” “PROPOSTA DE PREÇOS”, proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação.

6.8 – Em seguida será dado vistas dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam, se quiserem, ao exame e se utilizem das faculdades outras previstas na Lei.

6.9 – Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei de Licitações, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes – proposta de preço lacrado.

6.10 – Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

6.11 – Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

6.12 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

## **7.0 – DA ADJUDICAÇÃO**

7.1 – A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor de cada lote, será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida a ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

7.2 – A Contratante se reserva o direito de adjudicar e/ou não homologar a presente Licitação, no todo ou em parte, no interesse da Administração e mediante fundamentação escrita, sem que caiba qualquer dos licitantes o direito de reclamação ou indenização.

## **8.0 – DO CONTRATO**

8.1 – Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora.

8.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.3 – Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

8.4 – O prazo de convocação a que se refere o subitem 8.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.5 – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93.

8.6 – Ocorrendo inexecução contratual por qualquer motivo, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar sucessivamente pela oferta mais vantajosa e pela ordem de classificação, nas mesmas condições do licitante vencedor.

## **9.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

9.1 – A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

9.2 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

9.3 – Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

9.4 – Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais / Fatura devidamente atestado, pelo setor competente.

9.5 – Fiscalizar a execução dos serviços e realizar as medições; e

9.6 – Oferecer condições de trabalho ao CONTRATADO, nos locais dos serviços.

**9.7 – Compete à FISCALIZAÇÃO dentre outras atribuições:**

- a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pela CONTRATADA;
- b) Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) Verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação do CONTRATANTE;
- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) Assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) Exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) Rever, quando necessário, o projeto e as especificações técnicas, adaptando-as às condições específicas;
- i) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- j) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo CONTRATANTE, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- k) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- l) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- m) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- n) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pela CONTRATADA;
- o) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- p) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

- q) Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviços/obras mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao CONTRATADO em face do inadimplemento das obrigações;
- r) Confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

**10. – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) **Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;**
- b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a Prefeitura solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- d) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- e) Responder perante ao CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- f) Responder, perante às leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificados no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao CONTRATANTE;

- h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- i) Responder pecuniariamente por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, município ou terceiros decorrentes da prestação de serviços;
- j) Respeitar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- k) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- l) Responsabilizar-se perante aos órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- m) Manter durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- n) **Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.**
- o) Colocar na obra como residente um Engenheiro com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, devendo seu nome ser submetido à aprovação da Prefeitura, após a assinatura do Contrato.
- p) **Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis.**

## **11.0 – DA DURAÇÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO**

11.1 – O presente contrato vigorará até 31 de Dezembro de 2012 podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei de Licitações.

11.2 – O prazo para conclusão da obra será de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir do dia seguinte ao da emissão da ordem de serviços;

11.3 – Os prazos de início, de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados desde que, devidamente justificados os motivos, a critério da Administração,





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

mantidas as demais cláusulas do Contrato, e desde que ocorra a circunstância apontada no art. 57, parágrafo 1º, incisos I a IV, da Lei de Licitações vigente.

**12.0 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO**

12.1 – Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, tornando-se por base a data da apresentação da proposta, com base no INCC – Índice Nacional da Construção Civil caso o mesmo seja extinto reajustar conforme artigos 57 e 65 da lei 8.666/93.

**13.0 – DA FORMA DE PAGAMENTO**

13.1. – O pagamento será efetuado pela Contratante à Contratada após a efetuação de cada medição atestada pelo setor competente, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas e recibo correspondente.

13.2 – No caso da não aceitação da medição realizada, a Contratante por meio de seu representante, devolverá à Contratada para retificação, ficando o pagamento para ser efetivado após a reapresentação.

13.3 – A CONTRATADA se obriga a apresentar junto à fatura dos serviços prestados, cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês anterior ao do pagamento:

- a) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;**
- b) Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;**
- c) Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.**
- d) Relação dos empregados utilizados nos serviços contratados assinados pela Fiscalização do Contrato;**
- e) Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados.**

13.4 – A CONTRATADA deve apresentar juntamente com cada medição relatório mensal sobre segurança e medicina do trabalho na obra/frente de serviço, indicando, se for o caso, os acidentes ocorridos e respectivas providências tomadas, fiscalizações realizadas pela Delegacia Regional do Trabalho e resultados destas, bem como as inspeções de iniciativa da própria CONTRATADA.

**13.5 – O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quititações acima referidos.**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

**13.6 – Cópia do comprovante de quitação das verbas rescisórias, válido perante o Ministério do Trabalho, referente às rescisões ocorridas no período a que se refere a execução do contrato.**

**14.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à ADJUDICATÁRIA, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa:
  - b.1) Multa de 10% (dez por cento) pelo não cumprimento de cláusula ou condição prevista no contrato;
  - b.2) Multa de 0,3% (três décimo por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso, por paralisação dos serviços;
  - b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas *ex-offício* da **ADJUDICATÁRIA**, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Prefeitura Municipal Umirim, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

**15.0 – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1 – O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

**16.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

16.1 – Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

16.2 – Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Prefeitura Municipal.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

16.3 – Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal de Umirim

**17.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 – As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o vencedor, serão consignadas na seguinte dotação orçamentária **0700.12.122.0052.2.025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCACAO, Classificação econômica 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES com RECURSOS PROVINIENTES DO: ME/ESPORTE E LAZER NA CIDADE P.T. nº. 0369111/30 E PRÓPRIOS.**

**18.0 – DO RECEBIMENTO DA OBRA**

18.1 – Provisoriamente, pelo Responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado;

18.2 – **Definitivamente**, pela equipe ou comissão técnica, designada pelo CONTRATANTE, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

**18.3 – O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS.**

**19.0 – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

19.1 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Prestar os serviços de acordo com as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e seus complementos;
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª (primeira) medição, cronograma e descrição da implantação das medidas



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;

- e) **Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Prefeitura de Umirim, sob pena de retardar o processo de pagamento;**
- f) **Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante ao CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;**
- g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;
- h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos em lei.

## **20 – DAS SUBCONTRATAÇÕES**

20.1 – A CONTRATADA poderá subempreitar parte da obra, desde que autorizada pelo CONTRATANTE, conforme exigências:

20.1.1 – Serão aceitas subcontratações de outros bens e serviços para o fornecimento do objeto deste Contrato. Contudo, em qualquer situação, a PROPONENTE vencedora é a única e integral responsável pelo fornecimento global do objeto.

20.1.2 – Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal do CONTRATANTE com os subcontratados.

20.1.3 – A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

## **21.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1 – Reserva-se a Prefeitura Municipal de Umirim – CE, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93;

21.2 – É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Umirim, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

---

Público Municipal de Umirim, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

21.3 – A homologação da presente Licitação será feita pela autoridade competente, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº. 8.666 de junho de 1993.

21.4 – A CPL poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o início da licitação.

21.5 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com relação a este Edital e seu anexo serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

21.6 – A comissão poderá fornecer copia do edital, bem como das planilhas orçamentárias em pen drive, cd, e também em cópia.

21.7 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Umirim, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

Umirim – CE. 15 de Junho de 2012.

**HUGO SOMBRA SEGUNDO FERREIRA DE PAULA**  
**Presidente da Comissão de Licitação**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

---

**ANEXO I – ORÇAMENTO BÁSICO**





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

---

**ANEXO II – PROJETO BÁSICO**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

**ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UMIRIM,  
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E  
DESPORTO, E \_\_\_\_\_ PARA O  
FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

O Município de Umirim, através da Secretaria de Educação e Desporto, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na **Rua Major Sales, 28, Cruzeiro - Umirim - Ceará – CEP: \_\_\_\_\_**, inscrito no CNPJ (M.F) sob o nº **06.582.464/0001-30**, neste ato representado pelo Secretário de Educação e Desporto, Sr(a). \_\_\_\_\_, denominado de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, \_\_\_\_\_ com sede em \_\_\_\_\_, á Rua \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F) sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, ao fim assinado, doravante denominado de **CONTRATADO**, de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 2012061501 – SEDUC, Processo nº 2012061501 – SEDUC - em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 – O presente contrato tem como fundamento a Tomada de Preços nº **2012061501 – SEDUC**, devidamente homologada pelo Secretario de Educação e Desporto Sr(a). \_\_\_\_\_ e a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL**

2.1 – O presente contrato tem por objeto: **MELHORIA ESTADIO MUNICIPAL / UMIRIM-CE, conforme orçamento básico, parte integrante deste processo.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – O valor Contratual global importa na quantia de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

**CLÁUSULA QUARTA – DOS REAJUSTES**

4.1 – Irreajustável.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO/EXECUÇÃO**

5.1 – O presente contrato vigorará até 31 de Dezembro de 2012 a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei de Licitações.

5.2 – O prazo para conclusão da obra será de **90 (noventa) dias**, contados a partir do dia seguinte ao da emissão da ordem de serviços;

5.3 – Os prazos de início, de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados desde que, devidamente justificados os motivos, a critério da Administração, mantidas as demais cláusulas do Contrato, e desde que ocorra a circunstância apontada no art. 57, parágrafo 1º, incisos I a IV, da Lei de Licitações vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

6.1 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1 – O pagamento será efetuado pela Contratante à Contratada após a efetuação de cada medição atestada pelo setor competente, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas e recibo correspondente.

7.2 – No caso da não aceitação da medição realizada, a Contratante por meio de seu representante, devolverá à Contratada para retificação, ficando o pagamento para ser efetivado após a reapresentação.

7.3 – A CONTRATADA se obriga a apresentar junto à fatura dos serviços prestados, cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês anterior ao do pagamento:

- a) **Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;**
- b) **Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;**
- c) **Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

- d) Relação dos empregados utilizados nos serviços contratados assinada pela Fiscalização do Contrato;**
- e) Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados.**

7.4 – A CONTRATADA deve apresentar juntamente com cada medição relatório mensal sobre segurança e medicina do trabalho na obra/frente de serviço, indicando, se for o caso, os acidentes ocorridos e respectivas providências tomadas, fiscalizações realizadas pela Delegacia Regional do Trabalho e resultados destas, bem como as inspeções de iniciativa da própria CONTRATADA.

**7.5 – O pagamento de cada fatura dependerá da apresentação dos documentos e quitações acima referidos.**

**7.6 – Cópia do comprovante de quitação das verbas rescisórias, válido perante o Ministério do Trabalho, referente às rescisões ocorridas no período a que se refere a execução do contrato.**

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 – A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

8.2 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

8.3 – Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

8.4 – Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

8.5 – Fiscalizar a execução dos serviços e realizar as medições; e

8.6 – Oferecer condições de trabalho ao CONTRATADO, nos locais dos serviços.

**8.7 – Compete à FISCALIZAÇÃO dentre outras atribuições:**

- a) Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pela CONTRATADA;
- b) Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) Verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação do CONTRATANTE;
- d) Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) Assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) Exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

- h) Rever, quando necessário, o projeto e as especificações técnicas, adaptando-as às condições específicas;
- i) Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- j) Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo CONTRATANTE, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- k) Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- l) Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- m) Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- n) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pela CONTRATADA;
- o) Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- p) Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- q) Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviços/obras mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao CONTRATADO em face do inadimplemento das obrigações;
- r) Confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Recrutar pessoal habilitado e com experiência comprovada fornecendo ao CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;**
- b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a Prefeitura solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- d) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

- e) Responder perante ao CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- f) Responder, perante às leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificados no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao CONTRATANTE;
- h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- i) Responder pecuniariamente por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, município ou terceiros decorrentes da prestação de serviços;
- j) Respeitar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- k) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- l) Responsabilizar-se perante aos órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- m) Manter durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e
- n) **Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da**





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

**FISCALIZAÇÃO.** Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.

- o) Colocar na obra como residente um Engenheiro com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados, devendo seu nome ser submetido à aprovação da Prefeitura, após a assinatura do Contrato.
- p) **Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis.**

**CLÁUSULA DECIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 – As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o vencedor, serão consignadas na seguinte dotação orçamentária nº. **0700.12.122.0052.2.025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCACAO, Classificação econômica 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES** com **RECURSOS PROVINIENTES DO: ME/ESPORTE E LAZER NA CIDADE P.T. nº. 0369111/30 E PRÓPRIOS.**

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa:
  - b.1) Multa de 10% (dez por cento) pelo não cumprimento de cláusula ou condição prevista no contrato;
  - b.2) Multa de 0,3% (três décimo por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso, por paralisação dos serviços;
  - b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas *ex-offício* da **CONTRATADA**, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Prefeitura Municipal de Umirim, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

12.1 – O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1 – Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

13.2 – Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoadada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Prefeitura Municipal.

13.3 – Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal de Umirim e encaminhados à Comissão de Licitação.

**CLAUSULA DECIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Prestar os serviços de acordo com as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e seus complementos;
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª (primeira) medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- e) **Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica”**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMRIM**

correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Prefeitura de Umirim, sob pena de retardar o processo de pagamento;

- f) **Registrar o Contrato decorrente desta licitação junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante ao CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;**
- g) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio digital;
- h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos em lei.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA**

14.1 – Provisoriamente, pelo Responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado;

14.2 – Definitivamente, por Servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei de Licitações vigente

**CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO**

15. – Fica eleito o foro da Comarca de Umirim, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertadas as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Umirim (Ce), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome:

C.P.F.:



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

---

2. \_\_\_\_\_

Nome:

C.P.F.:



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRIM**

**ANEXO IV**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME  
DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N°, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Tomada de Preços, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

(Local e Data)



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

---

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para todos os efeitos de direito que cumprimos o disposto no inc. XXXIII do art. 7.º da CF/88.

UMIRIM-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

*(nome da proponente e assinatura no representante legal)*





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

**ANEXO VI - PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

Recebi o Edital de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 2012061501 – SEDUC, PROCESSO. 2012061501 PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM, composto por Edital, Orçamento Básico (Anexo I), Projeto Básico (Anexo II), Minuta de Contrato (Anexo III), Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação, (Anexo IV) Modelo de Cumprimento do INC. XXXIII DO ART. 7.º DA CF/88(Anexo V) e PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO EDITAL (Anexo VI ), cujo objeto: **MELHORIA DO ESTADIO MUNICIPAL / UMIRIM-CE**, conforme orçamento básico, parte integrante deste processo, Estou ciente de que o evento realizar-se-á às **10h00minh (horário local) do dia 02/07/2012, Segunda-Feira**, no prédio sede da Prefeitura Municipal de UMIRIM, localizada na Rua Major Sales, 28, Cruzeiro – Telefone: 85 – 3364.1211

UMIRIM, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

FIRMA: \_\_\_\_\_

CNPJ/CGF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FONE/FAX: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO

REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_

CARIMBO: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRIM**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA**

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À

Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Umirim

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N° 2012061501

Prezados Senhores

Pelo presente declaramos expressamente que esta empresa através de seu responsável técnico visitou o local e a região onde serão executadas as obras referenciadas, e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais que possam influir direta ou indiretamente na execução das mesmas. Outrossim, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente

.....  
FIRMA PROPONENTE / CNPJ



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMIRIM**

**ANEXO VIII – VISITA TÉCNICA**

Eu, \_\_\_\_\_, servidor da Prefeitura Municipal de UMIRIM-CE, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, declaro para todos os efeitos de direito que a interessada \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, compareceu, para a vistoria do local a ser realizado o objeto da Tomada de Preço \_\_\_\_\_ - SEDUC.

Informamos que a interessada acima referida se fez representar pelo (a) seu Representante, Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CREA/CPF sob o registro n.º \_\_\_\_\_.

UMIRIM-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO